

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.952 - MS (2019/0299723-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE** : MAPFRE VIDA S/A  
**ADVOGADOS** : ALESSANDRA GRACIELE PIROLI - MS012929  
LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS - DF038706  
KASSYA DAYANE FRAGA DOMINGUES - MS015977  
FERNANDO O'REILLY CABRAL BARRIONUEVO - MS017237  
**AGRAVANTE** : BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A  
**ADVOGADO** : GAYA LEHN SCHNEIDER PAULINO - MS010766  
**AGRAVADO** : JACK RAFAEL FONTOURA CARDOSO  
**ADVOGADOS** : PEDRO RONNY ARGERIN - MS004883  
RICARDO ALEXANDRE DE SOUZA JESUS - MS010071

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por MAPFRE VIDA S/A em face da decisão acostada às fls. 786-792 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, inadmitiu o recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 659-670 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, assim ementado:

RECURSO DE APELAÇÃO – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO – INVALIDEZ PERMANENTE POR ACIDENTE – INDENIZAÇÃO – PERCENTUAL PREVISTO EM TABELA – AFASTADO – CIÊNCIA INEQUÍVOCA NÃO DEMONSTRADA – INDENIZAÇÃO NO VALOR TOTAL DA APÓLICE – RECURSO PROVIDO.

1. O contrato de seguro está submetido ao Código de Defesa do Consumidor, pois envolve típica relação de consumo. Assim, incide, na espécie, o artigo 47 do CDC, que determina a interpretação das cláusulas contratuais de maneira mais favorável ao consumidor.
2. As cláusulas limitativas de direito do consumidor devem ser redigida em destaque e informadas ao segurado quando da contratação, consoante exegese dos arts. 6º, III e 54, §4º, do CDC.
3. O montante indenizatório devido em caso de invalidez por acidente, deve ser aquele informado no "Certificado Individual do Seguro de Vida em Grupo" fornecido ao requerente no momento da contratação, não prevalecendo as reduções previstas na Tabela da SUSEP ou em outra elaborada pela seguradora, por inexistir provas de que o consumidor tinha prévia ciência da vinculação desta tabela ao instrumento contratual celebrado.

Opostos embargos declaratórios (fls. 672-687 e 688-695 e-STJ), restaram desacolhidos na origem (fls. 709-717 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 719-769 e-STJ), alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: (i) artigos 757 e 760 do

Código Civil, sustentando que a indenização deve ser proporcional do grau de invalidez, bem como que o Corte incidiu em erro de fato ao estabelecer a indenização adicional de 200%; e, (ii) artigo 141 e 1014 do CPC/15, aduzindo a existência de inovação recursal pelo recorrido ao interpor apelação. Aduziu, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões às fls. 777-784 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre, ensejando a interposição do presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 894-962 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 965-968 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. No que se refere a necessidade de fixar de indenização de forma proporcional ao grau de invalidez, a Corte de origem concluiu que não foi o consumidor informado acerca da existência de cláusula restritiva de seu direito.

O acolhimento da pretensão recursal exigiria derruir tal conclusão, o que encontra óbice nas Súmulas 5 e 7/STJ.

2. Já em relação ao adicional de 200%, as razões recursais encontram-se dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido, já que o Tribunal não conheceu da questão, por entender que a reforma da decisão importaria em *reformatio in pejus*.

Tal fundamento não foi sequer impugnado pelo recurso especial.

Infere-se, assim, a dissonância entre as razões do apelo extremo e a fundamentação utilizada na decisão impugnada, fazendo incidir os óbices das Súmulas 283 e 284/STF.

3. Por fim, não houve pronunciamento por parte da Corte local sobre a tese de inovação recursal na origem.

Nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, "*para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.*" (AgRg no AREsp 519.518/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 25/05/2018).

No mesmo sentido, citam-se: AgInt no REsp 1668409/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 24/05/2018; AgInt no REsp 1599354/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 30/11/2016; AgInt no AREsp 1081236/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 05/09/2017.

Assim, uma vez que o Tribunal de origem não proferiu decisão a respeito da controvérsia trazida a esta Corte Superior, em que pese a oposição de embargos de declaração, é inviável conhecer o recurso especial, uma vez ausente o requisito do prequestionamento, conforme óbice da Súmula 211/STJ.

4. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial e, com base no art. 85, § 11, do

# *Superior Tribunal de Justiça*

CPC/2015, majora-se os honorários sucumbenciais em 10% (dez por cento), incidente sobre o valor já arbitrado pela origem, em favor da parte recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator